

dossiê PECUÁRIA



PECUÁRIA E SAÚDE ANIMAL

Nilton Antônio de Moraes¹, Hélio Vilela Barbosa Júnior², Jamil Gomes de Souza³

Antecedentes

A instalação no Brasil, no início do século XVI, da agromanufatura do açúcar requeria a implantação de atividades complementares consideradas secundárias, dentre elas a pecuária e a agricultura foram as mais importantes. Os registros mais antigos acerca da pecuária no Brasil referem-se à introdução de bovinos na Bahia em 1550, procedentes de Cabo Verde. A dispersão pela faixa litorânea e pelo interior do país foi rápida e constituiu-se em importante instrumento nos processos de desbravamento, povoamento e integração. No decorrer dos séculos seguintes, o setor agropecuário expandiu-se ao longo das regiões açucareiras e mineradoras, com a pecuária sendo responsável pelo abastecimento de alimentos e produtos de origem animal daquelas populações e de energia na forma de tração animal.

No final do século XX, após graves crises econômicas no país, a pecuária demonstrou sua indiscutível importância no abastecimento do mercado interno de carnes e outros produtos pecuários, bem como na geração de excedentes exportáveis, desempenhando importante papel no equilíbrio da balança comercial e na estabilização econômica do país. Essa performance foi possível devido ao

1. Médico Veterinário, MSc. Fiscal Federal Agropecuário, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

E-mail: <nilton.morais@agricultura.gov.br>.

2. Médico Veterinário, PhD. Fiscal Federal Agropecuário, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

E-mail: <helio.vilela@agricultura.gov.br>.

3. Médico Veterinário. Fiscal Federal Agropecuário, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

E-mail: <jamil.souza@agricultura.gov.br>.

aumento da produção e produtividade, mediante a incorporação dos resultados de pesquisas e de técnicas modernas relacionadas com a nutrição, melhoramento genético, novas práticas de gestão e aos cuidados com saúde animal.

Evolução e importância da pecuária

Até início da década de 90 a exploração pecuária brasileira estava voltada exclusivamente para o abastecimento do mercado interno. O governo acreditando, na época, que os produtos pecuários fossem os grandes alavancadores dos processos inflacionários, instituiu políticas de controle e depressão de preços que resultou no desestímulo à aplicação dos investimentos necessários para o aumento da produção e produtividade do negócio. Os resultados dessas políticas foram o desabastecimento interno e importações, gerando distúrbios no abastecimento, no equilíbrio comercial e conseqüentemente o aumento da pressão inflacionária.

De forma diferente, no cenário internacional, o comércio apresentava-se altamente favorável, principalmente em razão do crescimento econômico experimentado por muitos países, refletindo-se em mudanças econômicas e sociais importantes, com aumento significativo da população urbana. Efeito imediato dessas mudanças foi o aumento substancial do acesso e consumo de alimentos protéicos, em especial de carnes e produtos de origem animal.

Para alcançar esses mercados emergentes, o Brasil teve que realizar elevados investimentos na área de saúde animal e saúde pública, buscando a melhoria da qualidade dos produtos e da condição sanitária dos rebanhos. O desafio maior foi estruturar o Serviço Veterinário (SV) com a missão de controlar e erradicar as epizootias, em especial a febre aftosa que é uma das mais restritivas ao comércio internacional. Os avanços experimentados nas décadas seguintes permitiram ao Brasil passar da condição de um país importador para o de maior exportador de carnes. Sem nenhuma dúvida, a melhoria das condições zoossanitárias e da capacidade de certificação sanitária do SV teve papel relevante.

Saúde animal e pública

Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, organismo responsável pela proposição de padrões e pela harmonização das regras a serem aplicadas no comércio internacional, as questões sanitárias

passaram a ocupar papel relevante no relacionamento entre os países ou blocos comerciais. Como entidade de referência em questões de saúde animal, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), com 178 países membros, assessora a OMC e define os procedimentos técnicos e científicos que devem ser seguidos tanto pelos países importadores como exportadores com o objetivo de evitar a disseminação de doenças, assim como prevenir, controlar e erradicar as doenças existentes.

A necessidade de atendimento de uma sociedade cada vez mais exigente quanto à qualidade dos alimentos colocados à sua disposição, pressiona os governos a definir parâmetros cada vez mais rígidos e obrigam os países produtores a implantar rigorosos sistemas de controle de qualidade nos processos de produção e transformação dos alimentos. O elevado temor dos países em relação ao risco de importar e disseminar doenças de alto impacto para a saúde animal e saúde pública, que poderiam representar elevados prejuízos econômicos, a curto e longo prazo, e desdobramentos políticos imprevisíveis, tem pautado as negociações e acordos sanitários.

Certificação sanitária

As exigências sanitárias impostas pelos mercados importadores e pela sociedade, tendo como base os princípios da equivalência e transparência, determinam, aos principais atores, produtores e governo, a implantação de estruturas técnicas e operacionais para assegurar as garantias com evidências cientificamente comprovadas.

Essa estrutura é representada pelo SV que, conforme definido pela OIE, é um bem público mundial composto por organizações governamentais e não governamentais com capacidade para aplicarem as medidas necessárias para a proteção da saúde animal e pública, conforme as normas descritas nos Códigos Sanitários para Animais Terrestres e Aquáticos (OIE, 2012).

A falta da capacidade de certificação zoossanitária em países e regiões com condições produtivas favoráveis quanto ao clima, terras agricultáveis e água, dificulta a captação dos investimentos necessários ao desenvolvimento tecnológico, para o aumento da produção ou da produtividade, para suprir os mercados internos e exportação do excedente. Alguns países do continente africano, por exemplo, possuem potencialidades iguais ou superiores aos

maiores produtores mundiais de carnes; no entanto, a incapacidade de certificação sanitária, seguindo padrões aceitos pela comunidade internacional, é determinante para que a produção não seja suficiente nem mesmo para o mercado interno.

O Serviço Veterinário Brasileiro

Com a entrada em vigor das novas regras comerciais advindas dos acordos comerciais regulados pela OMC, colocando as restrições sanitárias como questões importantes ou até mesmo inviabilizando o comércio, impuseram aos SVs um enorme desafio de buscar as estruturas e capacitações técnicas e científicas necessárias para realizarem as certificações de saúde animal e pública. O SV brasileiro, no início da década de 90, ainda tinha alguns traços das décadas anteriores, com alguns processos centralizados desde a tomada de decisão até a execução das atividades.

A necessidade de produzir excedentes exportáveis impôs a tomada de decisão política de reorganizar o SV, buscando aumentar sua capilaridade para uma maior efetividade. Esse desafio exigiu a inversão de elevado volume de recursos financeiros para a implantação de infraestruturas compatíveis, revisão do quadro de recursos humanos, treinamentos e maior envolvimento da sociedade mediante processos educacionais.

A definição de erradicar a febre aftosa, doença na época disseminada em todo o Brasil e América do Sul, demonstrou que somente o setor público não teria condições de levar adiante a proposta sem a incorporação de outros setores da sociedade. A incorporação de representantes da cadeia produtiva no planejamento, execução e avaliação dos resultados dos programas zoossanitários, compartilhando as responsabilida-

-des resultou na construção de um sistema de defesa sanitária animal.

A posição do Brasil no mercado internacional de carnes e produtos pecuários demonstra que os objetivos de controle e erradicação das doenças, como febre aftosa, peste suína clássica, doença de Newcastle e outras, qualificam o sistema de defesa sanitária brasileiro como um dos principais pilares que sustentam as garantias sanitárias exigidas pelos diversos mercados e organizações multilaterais. Da mesma forma, internamente sinaliza aos produtores a plena segurança para continuarem investindo na atividade. Situação oposta tem a cadeia produtiva do leite, mas há que considerar que o leite é produto com maior risco sanitário.

O rebanho pecuário brasileiro deve ser reconhecido pela sociedade como patrimônio e a manutenção da saúde animal como responsabilidade de todos, em especial dos produtores, fornecedores de produtos e insumos, veterinários e outros profissionais que lidam com animais, com produtos de origem animal ou que atuam em qualquer ponto da cadeia agroindustrial.

O SV brasileiro é composto pelo Departamento de Saúde Animal (DSA), que é o representante do País perante os fóruns internacionais, como a OIE, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários, os serviços de saúde animal, inspeção e fiscalização de insumos pecuários nas Superintendências Federais de Agricultura no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e os Serviços Veterinários Estaduais (SVEs) nas 27 Unidades Federativas. Os Serviços de Inspeção de Produtos de Origem animal são: Serviço de Inspeção Federal (SIF), Estaduais (SIE) e Municipais (SIM), Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais de Saúde e

Centros de Controle de Zoonoses nos municípios mais ligados às zoonoses. Já a inspeção dos produtos de origem animal prontos, durante sua distribuição até o consumidor final, é exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais.

Para se construir um SV bem estruturado é necessário planejamento e investimentos a curto, médio e longo prazo. Parte do SV brasileiro ligado diretamente ao MAPA e aos SVEs iniciaram os trabalhos de estruturação por volta de 1930, com investimentos ampliados na década de 50 e 60, com estruturação progressiva e descentralização dos trabalhos para os SVEs.

A saúde animal, numa visão ampliada, envolve questões relacionadas a doenças dos animais, saúde pública, controle dos riscos em toda a cadeia alimentar, assegurando a oferta de alimentos seguros e bem estar animal. Para assegurar a saúde animal, é necessária a existência de SVs bem estruturados, capacitados e aptos para detecção e adoção precoce das medidas de controle e erradicação das doenças. O SV brasileiro, responsável pela condução da política de saúde animal, compartilha com o setor privado as responsabilidades para aplicação das medidas que objetivam a melhoria da saúde animal (MAPA, 2012). Países que tem a pecuária como um importante setor em suas economias, como EUA, Austrália, Canadá e alguns países da Europa, já erradicaram ou controlaram as doenças relevantes à saúde animal e lutam para manter os seus SVs bem estruturados, para continuar oferecendo produtos de qualidade à população e prontos para detectarem precocemente e rapidamente agirem para eliminar ou controlar doenças que apareçam.

Seguem algumas considerações sobre metas para o Brasil nos próximos anos, relacionado à pecuária e a saúde animal:

(a) O País deveria manter e aperfeiçoar o SV, com recursos humanos, físicos e financeiros adequados, excelente capacidade técnica, atuando em conjunto com as partes interessadas, atendendo o mercado interno e acessando os principais mercados internacionais.

(b) Seria desejável ter as doenças mais relevantes para o País erradicadas, como febre aftosa, peste suína clássica, mormo, anemia infecciosa equina, brucelose, tuberculose, doença de Newcastle, além disso, prevenir a entrada de doenças exóticas ou manter controladas outras doenças que afetam os rebanhos brasileiros. Para isso é importante que gestores estratégicos para exercício de funções no SV tenham a qualificação necessária.

(c) Seria adequado manter as partes interessadas bem integradas com o SV, seguindo o exemplo do SV australiano, que utiliza uma empresa não governamental sem fins lucrativos para realizar as principais ações do SV com a participação de 32 atores interessados no processo: governo federal, governos estaduais e de territórios, associações de produtores, frigoríficos e outras partes interessadas (Animal Health Australia, 2012). O objetivo não é copiar esta receita, mas sim viabilizar um diálogo multidisciplinar e setorial para a solução dos problemas.

(d) Deve haver fundos públicos e privados para fazer frente às demandas crescentes do SV. Além disso, deve-se estimular os produtores a notificarem as suspeitas o mais precocemente possível e deve-se atentar para a compensação dos produtores ou para apoiar o SV e as pesquisas da área.

(e) Outro item que poderia melhor inserir o País no cenário internacional seria participar mais de fóruns regionais e internacionais, ter assento e voz nos principais organismos da área de saúde animal, nomeadamente os seguintes: OIE, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e *Codex Alimentarius*, com, por um lado, doações bem direcionadas a esses organismos e por meio de profissionais bem preparados e com suporte para trabalhar nestes organismos e, por outro lado, mediante a discussão de assuntos que são de interesse do Brasil, no âmbito regional, para, depois, serem levadas conclusões para uma discussão mais aprofundada e enviado o resultado em bloco, como sugestão para ser implementado por estes organismos internacionais.

(f) Outro objetivo a ser alcançado, seria a integração do SV com as universidades, com a inserção da disciplina de saúde animal ao currículo do curso de medicina veterinária. Também cumpre buscar estreitar o relacionamento dos centros de



pesquisas e universidades com o SV, com a realização de estudos para os programas de erradicação, prevenção ou controle de doenças implantados no País; com análises de risco para doenças ou produtos de origem animal; com treinamentos voltados para o SV, em total acordo com os programas e coordenações do DSA, multiplicados pelas universidades aos veterinários para atuarem nos programas nacionais e com a elaboração, discussão e proposição de sistemas de vigilância para doenças relevantes para o País.

(g) A capacidade laboratorial é também importante fator para a robustez do setor pecuário de um país e para ter uma rede de laboratórios bem estruturada, tanto na área de saúde animal quanto na saúde pública veterinária. Essa capacidade laboratorial é primordial para: dar suporte ao diagnóstico das doenças mais relevantes para o País; o desenvolvimento de exames e testes mais sensíveis e específicos; o desenvolvimento e produção de vacinas mais avançadas (ex. monoclonal); e o desenvolvimento e produção de medicamentos veterinários que impactam a produção, como carrapaticidas e antiparasitários em geral.

Em resumo, o rebanho pecuário de um país deve ser considerado um patrimônio e o SV deve ser considerado

como garantidor deste patrimônio, tanto para o produtor, que é o principal beneficiado, quanto para a população residente, pela garantia da qualidade dos produtos consumidos e para a sociedade em geral, quando o excedente é exportado, gerando renda e riqueza para o país. E para obter resultados em saúde animal é necessário ter metas bem definidas a curto, médio e longo prazo, pois os resultados dependem de um excelente planejamento, uma boa gestão e ações acertadas, isto porque um passo acertado agora poderá refletir no que o Brasil vai ser, na área da saúde animal, daqui a 50 anos.

Referências

Animal Health Austrália, 2012. Disponível em: <<http://www.animalhealthaustralia.com.au/>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/saude-animal>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

OIE, 2012. Disponível em: <<http://www.oie.int/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>>. Acesso em: 5 jul. 2012.